

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/35628</b>	<b>47248/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DOM - UAC [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

**Órgão competente para decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**

**Concurso Público: AQ.02.25.DMOSM**

CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE

**"ACORDO-QUADRO PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS"**

**ASSUNTO: APROVAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DO ACORDO QUADRO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.**

No âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **24458/2025** foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 178, de 16 de setembro de 2025, procedeu-se à publicação na plataforma eletrónica, do procedimento por Concurso Público, com a referência: **AQ.02.25.DMOSM\_“ACORDO-QUADRO PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS”**, tendo como resultado a apresentação de uma única proposta, nos termos seguintes:

Concorrente: **LIGALOTE, LDA.**

Preço proposto: **€598.086,50**

Vigência do contrato: **24 meses.**

Assim, por ter sido apresentada apenas uma proposta, é dispensado o júri do procedimento, de acordo com o artigo 67.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos.

### I – ANÁLISE DA PROPOSTA



Em conformidade com o disposto no artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), procedeu-se à análise da única proposta apresentada, no sentido de determinar se a mesma se conformava com os documentos normativos do procedimento e com a lei e se não apresentava vícios ou irregularidades suscetíveis de determinar a sua exclusão, tendo-se concluído que a proposta está em condições de ser admitida, resultando a seguinte classificação:

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Vigência do contrato
1.º	LIGALOTE, LDA.	€598.086,50	24 meses

## II – ADJUDICAÇÃO

Uma vez que foi apresentada uma única proposta e que esta está em condições de ser admitida, propõe-se que esta empreitada seja adjudicada à empresa **LIGALOTE, LDA**, pela quantia de **€598.086,50 (quinhentos e noventa e oito mil, oitenta e seis euros e cinquenta cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e com o prazo de Vigência do contrato de **24 meses**.

Mais se propõe que se dispense a realização de audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 125.º do *Código dos Contratos Públicos*, uma vez que os elementos constantes do procedimento conduzem a uma decisão favorável à pretensão deduzida pelo interessado com a apresentação da respetiva proposta.

### II.I – Documentos de habilitação

Nos termos artigo 23.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação solicitados, é de 10 dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação.

### II.II – Contrato escrito

#### I.II.I. Minuta do contrato

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário

## III – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário:

- Da adjudicação;
- Para apresentação dos documentos de habilitação exigidos no prazo fixado.

Braga, 4 de novembro de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

### Em anexo:

- Minuta do Contrato.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



**MINUTA / CONTRATO DE ACORDO QUADRO N.º AQ.02.25.DMOSM****“ACORDO-QUADRO PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS”.**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **João Vasconcelos Barros Rodrigues**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Contraente Público**»; \_\_\_\_\_

E

**Segunda: LIGALOTE, LDA**, pessoa coletiva n.º 509608540, com sede na Rua do Barral, n.º 95A, 4715-165 União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, concelho de Braga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por ....., na qualidade de ....., com poderes para obrigar, conforme certidão permanente com código de acesso: ..... doravante identificada por «**Empreiteiro**». \_\_\_\_\_

**Considerando que:** \_\_\_\_\_

- a) Por decisão do presidente da Câmara, de 9 de setembro de 2025, o contraente público, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: AQ.02.25.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º e dos artigos 251.º a 258.º todos do *Código dos Contratos Públicos*, destinado à celebração de um “*Acordo Quadro*” para a manutenção e conservação da rede pública de drenagem de águas pluviais, no concelho de Braga. \_\_\_\_\_
- b) No seguimento da aprovação da proposta de adjudicação, efetuada pelo Presidente da Câmara em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025, o contraente público adjudicou ao mencionado empreiteiro, nos termos definidos na referida proposta e no caderno de encargos, o *acordo quadro* objeto do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a presente *minuta do contrato*, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; \_\_\_\_\_
- c) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público na execução e cumprimento do presente do presente *acordo quadro*; \_\_\_\_\_



d) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do *acordo quadro*, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É celebrado o presente *acordo quadro*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. \_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do acordo quadro)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a celebração de um *acordo quadro* ao abrigo do qual se pretende celebrar contratos de empreitada de obras públicas, para a manutenção e conservação da rede pública de drenagem de águas pluviais, nos termos e condições do caderno de encargos, bem como da proposta do empreiteiro que integra a lista de preços; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Pelo presente instrumento, o empreiteiro atribui ao contraente público, o *direito de opção* concretizado no artigo 2.º do presente *acordo quadro*. \_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Direito de opção)**

\_\_\_\_\_1. Com a celebração deste *acordo quadro*, o empreiteiro atribui ao contraente público, o direito de concluir vários contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas, nos termos dos artigos 31.º a 33.º do programa do procedimento, que terão, por sua vez, por objeto a manutenção e conservação da rede pública de drenagem de águas pluviais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. As empreitadas de obras públicas a que se refere o número anterior compreenderão, no todo ou em parte, a execução dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do caderno de encargos, por aplicação das quantidades que vierem a ser identificadas nas notificações de adjudicação aos preços dele constante; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o *direito de opção* a que alude o n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos de empreitada optativos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. O exercício do *direito de opção* pelo contraente público determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos) de empreitada; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_



**Artigo 3.º****(Contratos de empreitada optativos ao abrigo do acordo quadro)**

\_\_\_\_1. A conclusão de contratos ao abrigo do *acordo quadro* terá como sujeito a parte que outorgou o acordo quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Da celebração dos contratos de empreitada tem por objeto a execução, no todo ou em parte, dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do programa do procedimento, não podendo resultar alterações substanciais das condições consagradas no *acordo quadro*, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3, do *Código dos Contratos Públicos*, o que expressamente se ressalva;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. A celebração dos contratos de empreitada obedecerão à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º, do *Código dos Contratos Públicos*;\_\_\_\_\_

**Artigo 4.º****(Local das obras)**

\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada ao abrigo do *acordo quadro*, serão executados no concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a).\_\_\_\_\_

**Artigo 5.º****(Vigência do acordo quadro)**

\_\_\_\_1. O *acordo quadro* será celebrado pelo prazo de **24 (vinte e quatro) meses**, sem prejuízo do disposto nos números seguintes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. O *acordo quadro* caducará imediatamente após a celebração do contrato optativo de empreitada de obras públicas cujo preço contratual, acumulado com o preço dos contratos já celebrados, atinja o valor fixado na cláusula 4.ª das cláusulas gerais do *caderno de encargos*.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O cálculo indicado no número anterior considerará o somatório dos preços contratuais, nos termos previstos no artigo 97.º do *Código dos Contratos Públicos*, independentemente do cocontratante.\_\_\_\_\_

**Artigo 6.º****(Preço)**

\_\_\_\_1. Com a celebração do presente *acordo quadro* o empreiteiro atribui ao contraente público o direito de opção a título gratuito, razão pela qual este instrumento, por si só, não gera para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem tão pouco a atribuição de qualquer outro tipo de benefício económico;\_\_\_\_\_



\_\_\_\_2. Os preços unitários que integram o âmbito deste *acordo quadro* são os que foram oferecidos pelo presente empreiteiro na respetiva proposta;\_\_\_\_\_

**Artigo 7.º**  
**(Denúncia do acordo quadro)**

\_\_\_\_A entidade adjudicante poderá livremente denunciar o *acordo quadro* decorridos 6 (seis) meses de vigência, mediante notificação escrita dirigida ao empreiteiro com a antecedência de 15 (quinze) dias contados da data pretendida para a cessação de efeitos, nos termos do artigo 15.º do programa do procedimento, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifique.\_\_\_\_\_

**Artigo 8.º**  
**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_Se alguma das disposições deste *acordo quadro* vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 9.º**  
**(Despesas do acordo quadro)**

\_\_\_\_1. Todas as despesas com a celebração do presente *acordo quadro* serão da responsabilidade do empreiteiro.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas resultantes da prestação da caução assim como o pagamento dos prémios dos seguros exigidos.\_\_\_\_\_

**Artigo 10.º**  
**(Obrigações gerais do cocontratante)**

\_\_\_\_Constituem obrigações do cocontratante do *acordo quadro*:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Executar os contratos de empreitada que lhe forem adjudicados ao abrigo do *acordo quadro*;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos no caderno de encargos.\_\_\_\_\_

**Artigo 11.º**  
**(Incumprimento do acordo quadro)**

\_\_\_\_1. O incumprimento pelo cocontratante das obrigações que lhe estão fixadas no *acordo quadro* ou nos contratos celebrados ao seu abrigo confere à entidade adjudicante o direito à *resolução do acordo quadro*.\_\_\_\_\_



\_\_\_\_2. Considera-se existir incumprimento definitivo quando designadamente se verifique uma das seguintes situações:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) A recusa, expressa ou tácita, de outorga de qualquer contrato de empreitada adjudicada ao abrigo do acordo quadro;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) O incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de empreitada (optativo), sem qualquer justificação aceite pela entidade adjudicante;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) A mora no cumprimento do prazo de execução de uma qualquer empreitada em medida igual a 1/3 do prazo contratual;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) O incumprimento definitivo pelo empreiteiro adjudicatário, por qualquer outra causa, de qualquer empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) O incumprimento, por parte do empreiteiro adjudicatário, em sede de execução dos contratos celebrados ao abrigo do *acordo quadro*, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_f) Oposição reiterada do empreiteiro adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_g) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas à entidade adjudicante;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_h) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O exercício do *direito de resolução* previsto no n.º 1 do presente artigo terá lugar mediante notificação a dirigir ao cocontratante, da qual constarão os motivos que fundamentam o incumprimento.\_\_\_\_\_

### **Artigo 12.º** **(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_1. O dono da obra pode impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, nos termos previstos no artigo 318.º - A do *Código dos Contratos Públicos*, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. A cessão da posição contratual por parte do cocontratante depende de autorização prévia, por escrito, por parte da entidade adjudicante e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 318.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a cessão da posição contratual entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra



relação contratual neste âmbito, incluindo a cessão entre entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. A apresentação, por parte do cocontratante, do pedido de autorização de cessão da posição contratual não suspende a normal execução do *acordo quadro*, permanecendo o requerente integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. A entidade adjudicante autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.\_\_\_\_\_

### **Artigo 13.º** **(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 318.º do referido *Código*.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

### **Artigo 14.º** **(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o





mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus



colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 15.º** **(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_1. O dono da obra designa a Eng.ª **Ida Sousa**, como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 16.º** **(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) *Primeira outorgante* e aqui dono da obra: [ida.sousa@cm-braga.pt](mailto:ida.sousa@cm-braga.pt)

\_\_\_\_b) *Segunda outorgante* e aqui empreiteiro: [ligalote@hotmail.com](mailto:ligalote@hotmail.com) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 18.º** **(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no *Código dos Contratos Públicos* e restante



legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. \_\_\_\_\_

**Artigo 19.º**  
**(Foro competente)**

\_\_\_\_\_ Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência dos tribunais ou juízos especializados em razão da matéria que se encontrem na jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. \_\_\_\_\_

**Artigo 20.º**  
**(Entrada em vigor)**

\_\_\_\_\_ O presente *acordo quadro* entra em vigor na data da sua assinatura. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. \_\_\_\_\_

**Pelo Contraente Público,**

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(João Vasconcelos Barros Rodrigues)

\_\_\_\_\_  
(.....)

